

Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**História Política, Cultura e Imaginário : dimensões teórico-metodológicas**

Maria Eloisa Cavalheiro\*

**Resumo:** A grande novidade da denominada Nova História Política, se comparada àquela história "tradicional" do século XIX, que se encontra situada em relação às fontes, ao padrão da narrativa dos acontecimentos, ao trabalho proposto em moldes de longa duração é, fundamentalmente, em termos da abordagem do papel do Estado. A cultura política é aquela que envolve elementos relacionados ao Estado e as instituições de poder vinculadas a ele, mais diretamente. Já em termos dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas, do imaginário político enfim, fato que demonstra a vitalidade da ciência política no interior da produção historiográfica será também objeto de análise, buscando identificar a ação dos homens no campo político. A imprensa, como fonte histórica, tem também um papel fundamental no sentido de permitir captar as aspirações e decepções que envolvem relações de poder, bem como influenciar a opinião pública.

**Palavras-Chave:** História Política, Cultura, Imaginário.

**Abstract:** The great news of the denominated New Politic History, if compared with that "traditional" history of the 19th century, which is found in relation to the sources, to the narrative pattern of the events, to the proposed long duration work is, fundamentally, in terms of the approach of the State role. The politics culture is that one which involves elements related to the State and the institutions of power bonded to it, more directly. Once in terms of the politics parties, of the election runnings, of the politics ideologies, of the imaginary politics, so, the fact that demonstrates the vitality of the politics science in the interior of the historygraphic production will also be the object of analysis, searching to identify the action of the men in the politic field. The media, as a historic source, has also a fundamental role in the sense of allowing to notice the aspirations and the deceptions that involve relations of power, as well as to influence the public opinion.

**Key-Words:** Politic History, Culture, Imaginary.

## **Introdução**

Sob o enfoque da Nova História Política, a Cultura, o Imaginário Político e a Imprensa serão os objetos de análise nesse estudo, na medida em que o político, o Estado e suas instituições, serão abordados sob uma perspectiva mais ampla de caracterização do poder. Pretendemos apresentar uma análise teórica reflexiva com base em diversos autores que trataram dessas temáticas.

---

\* Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo, UPF-RS, Doutoranda em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Docente na UPF. [mecavalheiro@yahoo.com.br](mailto:mecavalheiro@yahoo.com.br)

O ponto de partida é o conceito de cultura, que na vertente alemã designou os costumes específicos de sociedades individualmente examinadas, modos de vida de mudança lenta, em oposição à civilização definida como urbana.

Para Levy-Strauss as diferentes culturas humanas não devem induzir a uma observação fragmentária ou fragmentada, pois a originalidade de cada cultura reside no modo particular como todos os homens resolvem os seus problemas e perspectivam valores, que são aproximadamente os mesmos, porque sem exceção possuem uma linguagem, técnicas, arte, conhecimentos, crenças religiosas, organizações sociais, econômicas e políticas. (LEVY-STRAUSS, 1987:56).

A cultura opera como mediadora simbólica que ordena e disciplina o corpo social, se constitui num elemento de coesão, pois deve ser o ponto de partida de uma análise mais sólida na obtenção de mecanismos que promovam o uso e a aplicação racional das medidas políticas e econômicas. (SOSNOWSKI, 2000: 272-273).

A cultura é composta de estruturas psicológicas as quais os indivíduos ou grupos guiam seu comportamento, já que a participação desses num sistema cultural é limitado, porque nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de uma cultura. A participação dos indivíduos contribui para a existência da idéia de nação e ocorre de fato como representada em sua cultura nacional. Nesse sentido a cultura nacional atua como fonte de significados culturais e de representações, podendo ser formadas e transformadas servindo para adaptar as comunidades em seu modo de vida.

### **1 História e História Política: o marxismo e o grupo dos *Annales*.**

Quando se aborda o termo história, em termos contemporâneos, se alude ao marxismo e ao grupo chamado de *Annales* que foram sua primeira vertente. Os historiadores filiados a esta vertente escrevem uma história científica e racional. Seu ponto de partida se fundamenta no método hipotético dedutivo, sendo que fora de tal atitude o saber histórico não responderia às demandas surgidas da práxis social humana, nem seria adequado no enfoque da temporalidade histórica como objeto.

Afirma Viscardi que a História Política não se constitui em um método, mas numa abordagem temática da História. Embora a produção de trabalhos no campo da História Política tenha diminuído com o advento da Escola dos *Annales* e da Escola Marxista, a História Política pode contribuir para se aprofundar os estudos históricos. (VISCARDI, s/d: 84:97).

A história política aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, também tem relações com os outros domínios; não se constitui num setor separado, mas é uma modalidade da prática social. (RÉMOND, 1996: 13-36).

Ao longo do século XIX e início do século XX, a história política era tida e entendida mais como uma espécie de história militar ou diplomática do que qualquer outra coisa. A dimensão política era admitida a partir e através do Estado, uma história que se centrava nas batalhas, nas guerras e negociações envolvendo os diferentes Estados. (DOSSE, 1992).

Revel coloca que a grande novidade da década de 1930 foi a reorganização das ciências sociais na França em torno da história, que passaria por um processo de reconstrução de seu objeto de estudo, constituído a partir de então pelo próprio homem. Não mais, o estudo dos Estados através de suas guerras e relações diplomáticas, senão o estudo dos processos relativos à figura e à ação humana. (REVEL, 1992).

A segunda vertente dessa crítica à produção historiográfica do século XIX foi definida pela corrente marxista, que havia declarado guerra em particular à história política produzida até então. Segundo Bourdieu, o econômico surgia como o elemento determinante e definidor das relações de produção, questão chave para a análise e compreensão das relações entre os homens no interior da sociedade. (BOURDIEU, 1989).

Vale destacar que a crítica à História Política, seria ainda composta por uma terceira vertente, propondo um novo olhar das ciências humanas na década de 1970. Revel lembra que a partir de Foucault a construção do saber na área de ciências sociais passou a ser caracterizado pela estratégia de construção de "unidades parciais, locais, definidas". O homem passou de figura central a objeto transitório, datado. (REVEL, 1992: 18: 26).

Vários autores têm dedicado suas análises em favor de uma reavaliação da história política no contexto atual da historiografia. De um lado temos, por exemplo, a contribuição de Hespanha, envolvido num trabalho de reatualização dos métodos e objetos pertinentes aos estudos relativos ao poder e às instituições políticas no interior da sociedade de Antigo Regime português. (HESPANHA, 1994).

Rémond se coloca como grande expoente dessa corrente no caso da França. A marca dessa corrente é a identificação de um campo específico do político, com estruturas e uma cultura que lhe são próprias, assim como a inserção desse campo de conhecimento no interior da historiografia atual em uma perspectiva mais ampla. Preocupa-se com a história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa lugar de

destaque para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, possibilitando detectar as continuidades no tempo de longa duração. (RÉMOND, 1996).

Todo o pensamento político do passado está retratado nas categorias de Mannheim, mas, a mudança social imposta pelo projeto generalizado dos homens, de estruturar seu regime de conveniência num tipo de sociedade industrial requer transformações profundas nas relações reais de poder no interior das sociedades desse tipo, já que o próprio pensamento político teria de ser reformulado em perspectivas inteiramente novas.(MANNHEIM, 1968).

O termo político foi usado, durante séculos, para designar a esfera de atividades humanas que se refere, de algum modo, ao Estado. O *conceito de política*, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de *poder*. O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, e essa relação de poder é expressa de várias maneiras, nas quais se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política, como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência. Há várias formas de poder do homem, e o poder político é apenas uma delas.

Bourdieu entende o campo político como campo de forças e, campo de luta, onde os agentes dos subgrupos estão em constante disputa para transformar a relação de forças, já que o capital que está em jogo é o poder. Como em todos os campos sociais, o campo político tem seus dominantes e seus dominados, seus conservadores e suas vanguardas, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução. (BOURDIEU, 1998: 171).

Os agentes desse campo concorrem produzindo produtos políticos, tais como problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, para sensibilizar aqueles, que devem estar aptos a votar, escolher e ter opinião. O campo político está para o da opinião pública, e, por isso, a luta dos agentes, individuais ou coletivos, gira em torno do capital simbólico acumulado no transcorrer das lutas e no acúmulo de trabalho e de estratégias investidas, que se consubstanciam no reconhecimento e na consagração. (BOURDIEU, 1998:171).

### **1.1 História Regional**

A história regional não se constitui em um método e nem possui um corpo teórico próprio, sua proliferação coincide com o advento das escolas dos *Annales*. Existem várias abordagens diferenciadas e os estudos regionais produzidos no Brasil tiveram e têm grande

importância para um melhor entendimento da história de nosso país, mas a partir dos avanços metodológicos decorrentes da evolução da história, algumas mudanças na forma destas abordagens podem ser implementadas, por exemplo, para o espaço regional que consiste numa construção abstrata elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ela se relacionam direta ou indiretamente.

Bourdieu estabeleceu critérios de delimitação regional, como exemplo as divisões regionais e o comportamento regionalista de alguns grupos políticos. O autor partiu do pressuposto de que o critério de divisão regional surgiu simbolicamente e, foi sendo reconhecido e legitimado a posteriori. A delimitação regional seria estabelecida por quem nela vive, compondo o imaginário daqueles que a ela se referem já que, cultura regional é um produto da construção humana. (BOURDIEU, 1989).

Nos estudos do regional, o conceito de cultura política pode ser muito útil, onde pode ser abordado sob um novo enfoque, percebendo como foi formado e qual a sua importância no imaginário coletivo de uma população.

## **2 História e Imaginário Político**

Raoul Girardet é autor fundamental para o aprofundamento do estudo do imaginário político. O mito político para ele é uma deformação ou uma interpretação recusável do real, mas possui uma função explicativa de uma sociedade pelo papel mobilizador que exerce. Os estudos acerca do imaginário não constituem uma disciplina com objeto e método unificados, trata-se de variada gama de abordagens disciplinares, acessadas por diferentes métodos. Entretanto, o que reúne tantos interesses é o estudo das representações, ou seja, as configurações simbólicas, os imaginários que formatam as maneiras de pensar as práticas sociais que instituem o homem e o seu meio. (GIRARDET, 1987).

O homem difere dos outros animais porque sua relação com o mundo não é imediata, é mediada por processos de pensamento. Entre o universo físico e o homem, existe a dimensão simbólica que institui o homem e o seu mundo. O homem não lida diretamente com as coisas e sim com símbolos, com os significados atribuídos às coisas pela sua cultura. A ambiência cultural é formadora do simbolismo tanto a nível lógico quanto ao nível do significado, aliás, ambos os níveis se interpenetram mais do que se distinguem.

Ao invés de lidar com as próprias coisas o homem lida com os simbolismos que tecem os seus mundos. O mundo do homem não é um mundo de fatos é um mundo

imaginário, a razão, a linguagem lógica e conceitual, a ciência, a arte, a religião e os sentimentos são dimensões imaginárias. Não há contraposição entre o real e o imaginário porque o real é construído socialmente, o real, portanto, é a interpretação que os homens atribuem à realidade através das incessantes trocas entre as objetivações e as subjetivações. É necessário salientar que o imaginário, a ideologia, a ilusão, a utopia, a ciência, a ficção, o maravilhoso, o fantástico, o sonho, o profetismo, a fábula e a possessão, entre outras, são noções estigmatizadas ou naturalizadas do homem.

### **3 História e Imprensa**

A imprensa colabora com o pesquisador por ser um veículo de propaganda e porta voz de partidos, além de ser formadora de opinião em massa. Os jornais se constituem num meio de comunicação muito utilizado pelos historiadores, tanto do passado como da atualidade. Segundo Becker, a opinião pública é uma história em profundidade, pela qual se deve entender uma história que tem como finalidade perceber de maneira mais precisa e segura a atitude e os comportamentos dos homens confrontados com os acontecimentos. O estudo da opinião pública participa de uma abordagem total da história e busca apreender comportamentos e atitudes da população, garantindo, assim, uma destacada importância como fonte histórica. (BECKER, 1996: 191-198).

A imprensa é fonte relevante para reconstrução do poder em períodos históricos, recuperando “no calor da hora” o conhecimento de personagens envolvidos na política. Corroborando no sentido de divulgar as aspirações e decepções que envolvem as relações de poder, e também, pode influenciar a opinião pública acerca das particularidades da política. É uma produtora considerável de informações que esclarecem as atitudes e os comportamentos ao noticiar reuniões políticas, número de participantes, relatos de manifestações e de movimentos grevistas, ou ao citar apenas as informações simples e diretas; torna-se, pois, um testemunho de época, escrito, se possível, no momento do acontecimento.

À imprensa cabe noticiar os acontecimentos do passado imediato, não só para informar aos cidadãos do que acontece ao seu redor, mas, ao fazê-lo, termina registrando o que no futuro servirá de fonte material aos historiadores na tarefa de escrever a história do passado. Nessa concepção se constata a presença cotidiana da imprensa abordando temas vinculados a partidos, divulgando os princípios doutrinários e seus programas governamentais, bem como o contexto administrativo. Os jornais analisam em suas páginas as

relações dos partidos, das elites, da população e das oposições; participam ativamente abordando questões sociais e discutem amplamente tais questões.

### **Conclusão**

Com este artigo, se procurou apresentar algumas linhas de análise e de interpretação que possam contribuir para o debate sobre História Política, Cultura e Imaginário, e também a ação dos homens no campo político. Para uma adequada compreensão se deve ter atenção para algumas questões que são relevantes para o entendimento do Estado e suas Instituições, bem como dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas, do imaginário político. As questões delineadas visam o entendimento do processo histórico e também, a escolha do processo de análise mais adequado para conhecer a evolução do pensamento histórico e, sua relação com a ciência política.

Em primeiro lugar se destacou o conceito de cultura, e se pode inferir que é um recurso fundamental do Estado para lograr a coesão de sociedades, moldadas de acordo com a cultura de uma comunidade, desestruturando assim particularidades, referências. Abre-se, então, um complexo processo de reconfiguração das culturas, que podem se manifestar como fragmentadas e transitórias, favorecendo o encontro e a fusão das culturas tradicionais. A cultura transita por um mundo de costumes, valores, mentalidades, crenças, gostos, comidas, canções, narração ou modas das regiões. Nessa relação, os perfis culturais mudam, mudando seus referentes tradicionais, costumes e visões originárias, para ir se organizando em função de códigos simbólicos que provêm de repertórios culturais muito diversos.

Em segundo lugar, a ciência política relaciona de maneira complexa à questão da distribuição do poder, pois, qualquer política para ser adotada pelo Estado, deve apontar caminhos que mesmo permeado por concepções dialéticas, ou seja, contraditórias é passível de uma aproximação de interesses que contemple de forma principal os indivíduos.

Nesse sentido, uma das maiores dores de cabeça do Estado, além do mau gerenciamento das políticas, é o sentimento de cobrança da população, uma vez que esta já não tem mais paciência e tempo de esperar que as soluções venham a passo lento. Urge que sejam tomadas medidas mais emergenciais em relação à questão política, todavia, juntamente com essas providências deverá ser adotada uma postura mais adequada aos novos tempos, pois para uma sociedade de hoje, é totalmente irrelevante que sejam adotadas políticas redundantes e arcaicas, que visam tão somente a arrecadação de votos e o benefício de algumas minorias dispostas em redutos eleitorais.

Assim, para finalizar, a questão do poder político, que se traduz mais ou menos diretamente na de saber a que interesses o Estado é sensível, a ênfase se dá no caráter efetivamente decisório dos cidadãos e na ampliação da esfera da política que é um importante sinalizador neste sentido.

Portanto, em terceiro lugar estão as ações da política sobre a atuação do Estado que só poderão se iluminar quando a opinião pública estiver condicionada, através da contribuição da imprensa, para aceitar idéias, símbolos e conceitos novos e mais amplos do interesse da sociedade, para que as configurações simbólicas, e também os imaginários que formatam as maneiras de pensar as práticas sociais que instituem o homem e o seu meio, se tornem práticas eficazes. Valorizar a cultura histórica e, política, é fator essencial para a existência de um Estado e também de uma sociedade, já que a História Regional é útil como método de estudo de processos econômicos, sociais e políticos.

## Referências

- BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Diefel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1998.
- DOSSE, François. **História em Migalhas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- HESPANHA, Antônio Manoel. **As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político**. Portugal Século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- LEVY-STRAUSS, Claude. **Race et histoire**. Paris: Folio, 1987.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.
- REVEL, Jacques. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da UnB, 1992.
- SOSNOWSKI, Saúl. “Apuestas culturales al desarrollo integral de América Latina”. In: KLIKSBURG, Bernardo e TOMASSINI, Luciano (orgs). **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires, 2000.
- VISCARDI, Ribeiro M. Claudia. **História, Região e Poder: A busca de interfaces metodológicas**. Lócus: *Revista de História*. Juiz de Fora, v.3, n. 1, s/d.